

DESAFIOS NA AÇÃO DO DOCENTE DE ENSINO RELIGIOSO ACERCA DA INCLUSÃO E DO ATENDIMENTO EDUCACIONAL ESPECIALIZADO

Laís Dourado Mendes¹
Francisca Monteiro da Silva²

RESUMO

Este artigo apresenta como tema a prática do professor de Ensino Religioso com alunos da Educação Especial. Logo, o objetivo geral da pesquisa é de abordar as dificuldades que os professores de Ensino Religioso enfrentam em seu cotidiano sem uma atualização curricular em Educação Especial e Inclusiva para atuar com alunos com deficiência na sala de aula regular. A metodologia da pesquisa se caracteriza como pesquisa bibliográfica, como foco de fragmentar os desafios enfrentados por professores de Ensino Religioso acerca da educação especial inclusiva. Utilizou-se como fontes do estudo pesquisas teóricas na área. A pesquisa constatou que o Ensino Religioso é um campo que pode contribuir de maneira significativa com a educação especial e a atualização curricular dos professores dessa disciplina na área da educação especial e inclusiva torna-se necessária para aprimorar as práticas metodológicas na sala de aula com os alunos da educação especial.

Palavras-chave: ensino religioso; educação especial e inclusiva; formação docente; desafios da educação especial; ciências da religião.

1 INTRODUÇÃO

O Ensino Religioso (ER) é um componente curricular que aborda não só a temática do fenômeno religioso, respeito a diversidade e combate a intolerância, mas também busca trabalhar com a alteridade e as diferenças ao longo de todas as etapas do Ensino Fundamental (BASTOS, 2017). No que tange a Educação Especial, o ER apesar de abordar temáticas que promovam o respeito a inclusão, os professores dessa disciplina necessitam de uma Formação Continuada na área da Educação Especial e Inclusiva para potencializar sua prática pedagógica, possibilitando assim a inclusão dos alunos da Educação Especial. Como aponta Bastos (2017), a Formação Continuada em Educação Especial/Inclusiva permite que os docentes do ER adquiram saberes específicos necessários para ressignificar suas

¹ Licenciada em Ciências da Religião pela Universidade do Estado do Rio Grande do Norte (UERN) e Pós-graduanda em Atendimento educacional especializado pela Universidade Federal Rural do Semi-Árido (UFERSA). E-mail: laisdourado@alu.uern.br

² Mestra em educação pela Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN). Docente do Núcleo de Educação a Distância da UFERSA - NEaD/UFERSA. E-mail: francisca.perez@ufersa.edu.br

práticas pedagógicas, atendendo da melhor forma as especificidades de cada aluno. Assim, a inclusão irá acontecer continuamente e não ficar apenas nos documentos que norteiam a educação inclusiva.

O problema que conduz este estudo se baseia nas dificuldades dos docentes dessa área de conhecimento em lidar e desenvolver estratégias de ensino quando há um aluno com necessidades educacionais específicas, por não terem conhecimento ou formação continuada na área da Educação Especial e Inclusiva, acarretando na exclusão desses estudantes. Portanto, partindo dessa problemática a questão central desta pesquisa é a seguinte: quais as dificuldades e desafios enfrentados por professores de ER para atuar com alunos com deficiências na sala de aula, tendo em vista, que esses professores não tem formação específica em Educação Especial e Inclusiva?

Para responder esse questionamento, será descrito no presente artigo situações que os professores enfrentam no cotidiano, em virtude da ausência de conhecimentos necessários sobre a Educação Especial e Inclusiva. As informações foram coletadas a partir de levantamento bibliográfico de autores que abordam essa temática. Logo, a pesquisa se caracteriza como uma pesquisa bibliográfica.

A pesquisa se torna relevante devido a importância dessa temática em trabalhar com a inclusão. O professor tem que ser capaz de promover uma aula que contemple de forma integral a participação de seus alunos e não adotar uma prática excludente. Como abordado nessa breve introdução, o ER trabalha com a ética da alteridade e o respeito as diferenças, o professor dessa disciplina quando possui a formação inicial nas Ciências da Religião, é capaz de abordar essas temáticas, podendo se tornar o professor interlecutor das minorias, como aponta Bastos (2017).

No entanto, quando há um aluno com deficiência em suas aulas, professores do ER ou de qualquer outra disciplina não estão preparados o suficiente para recebê-los, logo, os professores da Educação Básica em geral também necessitam de uma formação continuada na Educação Especial e Inclusiva para eliminar as barreiras que impedem o desenvolvimento de uma prática pedagógica que inclua o aluno da educação especial, sendo capazes de oferecer condições necessárias para que os alunos com deficiência participem e aprendam os conteúdos de suas aulas.

O interesse em abordar essa temática surge da formação da pesquisadora em Licenciatura em Ciências da Religião e dos desafios que esta enfrenta diariamente

com alunos com deficiências nas aulas de ER como professora recém formada.

Portanto, o objetivo geral desta pesquisa é abordar as dificuldades que os professores de Ensino Religioso enfrentam em seu cotidiano sem uma formação específica em Educação Especial e Inclusiva para atuar com alunos com deficiência na sala de aula regular.

2 A EDUCAÇÃO ESPECIAL E O ENSINO RELIGIOSO

A educação é um direito de todos e é garantido pela Constituição Federal (CF) conforme o seu artigo 205,

A educação, direito de todos e dever do Estado e da família, será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho (BRASIL, 1988).

No artigo 208 da CF também destaca que uma das garantias da educação é proporcionar o atendimento educacional especializado às pessoas com deficiência preferencialmente no sistema regular de ensino. Essa garantia também será respaldada no artigo IV da Lei 9394/96 que estabelece as Diretrizes e Base da Educação Nacional (LDB). Conforme a referida lei, uma das garantias do Educação Escolar Pública

é o atendimento educacional especializado gratuito aos educandos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação, transversal a todos os níveis, etapas e modalidades, preferencialmente na rede regular de ensino” (BRASIL, 1996, p. 2).

Além disso, a LDB 9394/96 também define o conceito de Educação Especial no seu artigo 58, acrescentado pela Lei 12796/2013, sendo a Educação Especial uma modalidade de ensino que deve ser ofertado de preferência nas escolas de ensino regular, para alunos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação (BRASIL, 2013).

No que tange a formação do professor para atuar na Educação Especial a LDB 9394/96 aborda em seu artigo 59, que os sistemas de ensino devem assegurar ao público da educação Especial “currículos, métodos, técnicas, recursos educativos e organização específicos, para atender às suas necessidades” (BRASIL, 1996, p.27), além de professores qualificados para lidar com esses alunos nas classes comuns, bem como professores com especialização na área para atuar no atendimento

especializado (BRASIL, 2013).

Também é importante citar a Lei Brasileira de Inclusão (LBI 13.146/2015). Essa lei estabelece em seu artigo 27 que “é dever do Estado, da família, da comunidade escolar e da sociedade assegurar educação de qualidade à pessoa com deficiência, colocando-a a salvo de toda forma de violência, negligência e discriminação” (BRASIL, 2015, p.6).

Nesse sentido, é notável que a Educação Especial no Brasil desde a década de 1990 ganhou forças, sendo sua garantia respaldada em diversas leis. Conforme destaca Santos et al (2023), a Educação Especial tem como objetivo garantir a oportunidade a todos de forma igualitária, independente de suas condições, todos têm o direito de aprender e desenvolver suas habilidades. Além disso, é fundamental que os professores desenvolvam um ensino que busque trabalhar com o respeito às diferenças, abordando temáticas de intolerância, preconceito e discriminação (Santos et al, 2023). Nesse contexto, a disciplina de Ensino Religioso é fundamental nas escolas, pois aborda essas temáticas.

O Ensino Religioso é um componente curricular essencial no ensino fundamental da Educação Básica no Brasil, tendo em vista que é parte integrante da formação cidadã, buscando trabalhar não apenas com a promoção do respeito à diversidade religiosa e cultural, mas também com a ética da alteridade. A Base Nacional Comum Curricular (BNCC) aponta que o ER “busca problematizar representações sociais preconceituosas sobre o outro, com o intuito de combater a intolerância, a discriminação e a exclusão” (BRASIL, 2017, p. 437), o que mostra que esta disciplina também pode contribuir com a inclusão da pessoa com deficiência.

BASTOS (2016), corrobora com essa ideia ao destacar que o ER é uma disciplina importante para se trabalhar com o respeito à diversidade e a inclusão do aluno com deficiência, pois é uma área de conhecimento que aborda em seus conteúdos o diálogo, os valores e a ética da alteridade. Concomitantemente, Martins (2022) afirma que o ER é capaz de “oportunizar situações de aprendizagem objetivando a inclusão das pessoas com deficiência, tendo em vista que permite aceitar e respeitar a diversidade” (MARTINS, 2022, p. 5917).

De acordo com Bastos (2017), quando o docente de ER tem a possibilidade de atuar na sala de aula diretamente com o aluno com deficiência, possibilita vivenciar

a prática do respeito às diferenças e diversidades de forma concreta, tanto na

relação de bidirecionalidade do ensino-aprendizagem entre professor e professora e aluno e aluna, como também do aluno ou da aluna com seus pares em sala de aula e, de forma mais extensiva, em todo o ambiente escolar (BASTOS, 2017, p. 258).

A autora ainda afirma que o professor de ER também pode atuar como interlocutor de outros professores que apresentam dificuldades em sua prática pedagógica em lidar com os alunos da Educação Especial, oferecendo novos métodos e recursos para incluir de forma efetiva esses alunos em suas aulas (BASTOS, 2017).

Desse modo, é essencial que o docente de ER possua uma formação inicial nas Ciências da Religião, já que é uma ciência que vai estudar o fenômeno religioso fornecendo o amparo teórico e epistemológico para a disciplina e assim ser capaz de combater a intolerância cultural e religiosa. Mas também é fundamental que esse docente também busque uma formação continuada na Educação Especial e Inclusiva, para proporcionar a inclusão do aluno com deficiência em suas aulas. Logo, a partir da Formação Continuada em Educação Especial, aponta Bastos (2016)

o professor de ER será capaz de atuar adequadamente com os alunos com deficiência na sala de aula, através da adoção de novos métodos de ensino que contribuam na promoção da aprendizagem dos alunos com deficiência e também que “possa lutar contra o preconceito, exclusão, discriminação e por uma sociedade mais justa, equitativa, igualitária, plural” (BASTOS, p.11, 2016).

Entretanto, ao falar da inclusão das pessoas com necessidades educacionais específicas, se torna um desafio para o professor do ER desenvolver aulas que promovam o aprendizado e a inclusão desse alunado, em virtude da falta de conhecimento na área da Educação Especial e Inclusiva.

3 METODOLOGIA

A presente pesquisa tem como procedimento técnico a pesquisa bibliográfica, como foco, fragmentar os desafios enfrentados pelos professores de Ensino Religioso acerca da educação especial inclusiva.

De acordo com Pradonov e Freitas (2013), a pesquisa bibliográfica deve ser

Elaborada a partir de material já publicado, constituído principalmente de: livros, revistas, publicações em periódicos e artigos científicos, jornais, boletins, monografias, dissertações, teses, material cartográfico, internet, com o objetivo de colocar o pesquisador em contato direto com todo material já escrito sobre o assunto da pesquisa (PRODANOV; FREITAS, p. 53, 2013).

Em vista disso, as informações foram coletadas em sites de buscas, como o Google Acadêmico e em portais acadêmicos como o Fórum Nacional Permanente de Ensino Religioso (FONAPER), utilizando palavras-chave relacionado ao tema: desafios da educação especial, educação inclusiva, Ensino Religioso, Educação Especial e estratégias pedagógicas. Após a coleta das fontes, realizou-se a leitura dos materiais teóricos para a produção da revisão de literatura. Das fontes teóricas impressas foram utilizados livros que abordam a temática do ER. Para tanto, a análise dos dados da pesquisa se deu por leitura dos documentos normativos, tese, livros, apostilas, artigos científicos, periódicos, sendo priorizada leituras de artigos que relacionavam o ensino religioso e educação inclusiva, como mostra a tabela 1 a seguir:

Tabela 1 - Quantitativo de fontes consultadas na pesquisa

CATEGORIAS	QUANTIDADE	TÍTULO	AUTORIA/ANO	QUANTIDADES DE TRABALHOS QUE RELACIONAM O ER E A EDUCAÇÃO ESPECIAL E INCLUSIVA
CAPÍTULO DE LIVRO	1	O Ensino Religioso e a Educação Especial na perspectiva da educação inclusiva.	Bastos (2017)	1
ANAIS	2	Formação do Professor do Ensino Religioso e os saberes necessários para uma educação inclusiva	Bastos (2016)	1
		Educação Inclusiva: desafios e perspectivas educacionais na modernidade	Calvalcante <i>et al.</i> (2019)	
APOSTILAS	3	Deficiência intelectual e o atendimento educacional especializado	Almeida (2015)	*
		Deficiência visual e o atendimento educacional especializado	Dias (2015)	

		Atendimento educacional especializado	SÁ <i>et al</i> (2007)	
ARTIGOS EM PERIÓDICOS	3	Contribuição do ensino religioso para inclusão escolar de estudantes com necessidades especiais	Martins (2022)	3
		O ensino religioso no Brasil e os desafios para a educação inclusiva	Matos <i>et al</i> (2024)	
		Educação Especial e Religião: o papel da inclusão religiosa na formação integral de alunos com necessidades educacionais especiais	Santos <i>et al</i> (2023)	
DOCUMENTOS LEGAIS E NORMATIVOS	6	Constituição da República Federativa do Brasil de 1988 (FC/88)	Brasil (1988)	-
		Lei 9.394/96	Brasil (1996)	
		Lei 9475/97	Brasil (1997)	
		Lei 12.796	Brasil (2013)	
		Lei 13.146 (LBI)	Brasil (2015)	
		Base Nacional Comum Curricular – (BNCC)	Brasil (2017)	
TESE	1	Currículo E Atendimento Educacional Especializado Na Educação Infantil: Possibilidades E Desafios á Inclusão Escolar	Cotonhoto (2014)	*3
TOTAL	16			5

Fonte: autoria própria (2024).

De acordo com tabela 1, foram consultados no total 16 fontes teóricas, porém, apenas 5 fontes abordam a temática do ensino religioso e a educação especial e inclusiva, a carência de relacionado a temática do ER com a Educação Especial e inclusiva, torna-se mais desafiador escrever este artigo.

³ * indica a ausência de fontes relacionado a temática Ensino Religioso e Educação Especial.

Vale salientar que uma tese de doutorado foi consultada, mas não foi utilizada na pesquisa como referência.

4 RESULTADOS E DISCUSSÕES

4.1 Desafios da Inclusão nas aulas de Ensino Religioso para estudantes da Educação Especial

Com base na pesquisa realizada, percebemos que houve grandes avanços nas legislações voltadas para pessoas com deficiência, no entanto, a inclusão dessas pessoas nas escolas comuns, continua sendo desafiador, especialmente quando relacionado à formação docente.

Um dos principais desafios enfrentados por professores da sala de aula comum é de desenvolver aulas inclusivas para alunos com necessidades educacionais específicas. A inclusão não se limita apenas em inserir o aluno na escola, mas também exige aulas com qualidade, favorecendo o aprendizado do aluno independentemente das limitações que apresenta, pois todos são capazes de aprender. Porém, no que tange ao ER, quando o docente não possui conhecimento na área da educação especial e inclusiva, pode dificultar na construção de um ambiente inclusivo.

Coforme foi indicado por Bastos (2016), Bastos (2017), é necessário que o professor de ER domine não só os conhecimentos teóricos e epistemológicos da ciência da religião mas também é importante que aprenda metodologias inclusivas. Desse modo, o professor com conhecimento na área da Educação Especial e Inclusiva, conhecerá novas metodologias de ensino, tornando-se qualificado para atender às necessidades dos alunos da Educação Especial e promover uma educação mais justa e plural, adaptando essas metodologias de acordo com as necessidades de seus alunos.

Por outro lado, Martins (2022), aponta que o ER é capaz de desenvolver aprendizagens que possibilita a inclusão, pois é uma área que aborda temáticas relacionadas a diversidade, contribuindo para o desenvolvimento de condutas de aceitação e respeito as diferenças.

Possibilitar que a pessoa com deficiência exerça a cidadania é o principal objetivo da educação inclusiva (MATOS *et al*, 2024). Sendo assim, o ER é um componente curricular importante para o desenvolvimento da formação cidadã. Como foi mencionado na pesquisa, a BNCC (2017) ressalta que o ER integra a formação

cidadã, pois aborda as temáticas da diversidade e do respeito a alteridade, reforçando o artigo 33 da LDB 9394/97, alterada pela Lei 9475/1997, na qual destaca que o ER é uma disciplina que integra a formação cidadã, devendo promover o respeito a diversidade cultural religiosa do nosso País, sem nenhuma forma de proselitismo (BRASIL, 1997). Nesse sentido, o professor dessa disciplina deve ser capaz de desenvolver metodologias para trabalhar com a inclusão.

De acordo com Matos *et al*, 2024, p.3 “O Ensino Religioso possui características robustas que, se devidamente exploradas, podem reforçar o processo de inclusão escolar” (MATOS *et al*, 2024, p. 3). Porém, é notável que os professores dessa disciplina enfrentem dificuldades de inclusão relacionados aos alunos da educação especial por falta de uma formação específica na área da educação especial como já foi mencionado. Mas vale salientar que, a falta de conhecimento dessa área é um problema que não se limita apenas aos professores do ER, mas também a todos os educadores que não possuem conhecimentos necessários, criando obstáculos para desenvolver aulas inclusivas.

Um dos problemas enfrentados por professores do ER, é de encontrar em uma única sala de aula das escolas regulares alunos com diversos tipos de deficiências ou dificuldades, pois as escolas continuam separando os estudantes por nível de aprendizagem, como aponta Calvacante *et al*, 2019, p.7, “as escolas produzem exclusões diversas quando categoriza os alunos de “bons, “medianos” e “ruins””(Calvacante *et al*, 2019, p.7). Portanto, separar os alunos por nível cognitivo, torna-se mais desafiador para o docente desenvolver aulas em turmas atípicas, principalmente quando há a ausência de um profissional que atue como auxiliar dos alunos com deficiências na sala de aula.

É muito comum a presença de alunos com Transtorno de Déficit de Atenção e Hiperatividade (TDAH), autismo e aqueles sem diagnóstico formal na mesma sala de aula, logo, o professor de ER que não apresenta uma formação adequada para lidar com esses casos, não sabe enfrentar essa situação atípica e como consequência, elabora atividades de baixo nível de complexidade.

Outro ponto importante tange a carga horária da disciplina. Sabemos que os alunos com necessidades educacionais específicas precisam de uma atenção individualizada e flexível. Porém, no Ensino Fundamental das Escolas Públicas no Brasil, o ER geralmente possui uma carga horária semanal variando entre 50 minutos à 1 hora, o que dificulta ministrar os conteúdos em uma única aula e dar atenção

necessárias aos alunos com necessidades educacionais específicas. A exemplo, na Rede Educacional do Estado do Rio Grande do Norte, a carga horária da disciplina de ER é 50 minutos hora aula por semana, em contrapartida, na rede educacional dos Municípios de Natal/RN e Extremoz/RN a carga horária dessa disciplina é de 1 hora aula semanal, aumentando apenas 10 minutos.

Dessa maneira, com o tempo reduzido, os professores de ER muitas vezes não desenvolvem um vínculo com os seus alunos, o que impede o conhecimento profundo das dificuldades de aprendizagem que cada um apresenta, logo, não desenvolve metodologias inclusivas em suas aulas o que contradiz com o que o ER aborda, pois enquanto uma disciplina que contempla temas relativo a inclusão o ER não pode adotar práticas excludentes.

Vale mencionar o que aponta Bastos (2017) sobre a importância do docente de ER possuir uma formação continuada na Educação Especial para aperfeiçoar sua prática pedagógica, uma vez que esse componente curricular integra a formação cidadã, além de possibilitar trabalhar nas escolas temas de “inclusão, exclusão, diversidade, preconceito, rótulo, estigma, respeito às diferenças e singularidades, como parte do conteúdo da disciplina” (BASTOS, 2017, p.256). Nessa perspectiva, o docente dessa disciplina pode se tornar um mediador da inclusão dos alunos da educação especial e inclusiva (BASTOS, 2017), “uma pessoa fomentadora de princípios e valores de uma sociedade de direito para todos os seus partícipes” (BASTOS, 2017, p.256).

A ausência de materiais adequados também é um dos desafios significativos enfrentados pelos professores do ER. As escolas públicas não fornecem livros didáticos para a disciplina em questão, levando ao professor produzir os materiais didáticos, por conseguinte, além de criar recursos para todos os alunos, o docente também precisará adaptar esses materiais conforme a necessidade específica do aluno.

Porém, devemos salientar que o professor não deve apenas adaptar os assuntos ou produzir uma atividade diferente para os alunos com deficiências educacionais específicas, também é necessário ministrar o mesmo conteúdo para todos, de forma diversificada, ser capaz de construir diferentes formas de atividades que permitam os alunos escolherem o que mais lhe agrada para promover a aprendizagem, pois “o professor, na perspectiva da Educação Inclusiva, não ministra um “ensino diversificado” e para alguns. Ele prepara atividades diversas para seus

alunos (com e sem deficiência intelectual) ao trabalhar um mesmo conteúdo curricular” (ALMEIDA, 2015, p. 24).

4.2 Estratégias pedagógicas inclusivas para os docentes de Ensino Religioso

Diversas políticas e documentos normativos foram elaborados para possibilitar a inclusão das pessoas com deficiências, garantindo seus direitos enquanto cidadão. No que tange a educação, alguns desses documentos foram citados ao longo do trabalho, como a LDB 93.94/1996 e a LBI 13.146/2015. Portanto, enquanto professores, devemos conhecer essas leis e sermos capazes de desenvolver estratégias que promovam a inclusão de alunos com deficiência em nossas aulas.

Podemos elaborar diversas estratégias pedagógicas que garantam a inclusão dos alunos e consequentemente um ensino de qualidade, pois é muito comum alunos da educação especial serem inseridos na escola regular e ainda sofrerem exclusão por parte dos colegas e pelos próprios docentes por não saberem lidar com a situação. As estratégias de ensino devem ser construídas, quando possível, juntamente com o professor do atendimento educacional especializado e de acordo com a necessidade de cada aluno.

Entre as estratégias que podemos elaborar destaca-se: a adaptação dos recursos pedagógicos e das atividades; a adoção de novas metodologias de ensino; a elaboração de atividades grupais para promover a socialização com os demais colegas de classe; a adição de atividades inclusivas que promova o respeito ao diferente e; o desenvolvimento de plano de ensino individualizado para alunos com deficiência.

A adaptação dos recursos pedagógicos irá depender da particularidade que cada aluno com deficiência apresenta. Professores de alunos com baixa visão por exemplo, necessita adaptar os textos e atividades impressas colocando-as em fonte ampliada, podendo o tamanho da letra variar entre 16 a 32 e utilizar a fonte Arial, Verdana ou Hédvica (DIAS, 2015). Além disso, é necessário colocar o aluno para sentar na frente, na parte central da sala, numa distância equivalente a um metro do quadro para melhor visualização e também evitar excesso de iluminação na sala de aula (SÁ et al, 2007).

Nos casos de alunos com deficiência intelectual, adaptar os recursos pedagógicos é mais desafiador em virtude da dificuldade que esses estudantes apresentam para aprender o conteúdo ministrado. Nessas situações, muitas vezes o

professor produz uma atividade diferente do conteúdo ministrado ou até mesmo não elabora nenhuma atividade, por não saber lidar com a situação, causando a exclusão desses alunos. Para evitar essa exclusão, o docente deve ministrar o mesmo conteúdo para todos, de forma diversificada, com uma linguagem mais fácil para melhor compreensão.

A adoção de novas metodologias de ensino irá enriquecer mais ainda as aulas e deixá-las mais inclusiva. Além das atividades escritas, o professor também pode adotar outras formas de estratégias de ensino para promover a inclusão, desenvolvendo atividades lúdicas utilizando histórias e jogos interativos, vídeos e músicas, articulando essas ferramentas ao conteúdo trabalhado.

Nas aulas de ER, o professor também deve planejar aulas que aborde a temática da inclusão. Nos conteúdos sobre ética e moral, é importante destacar em sala de aula os conceitos como alteridade e empatia, que estão presentes na unidade temática identidades alteridades na BNCC de Ensino Religioso. De acordo com a BNCC, um dos pontos fundamentais para se trabalhar nessa unidade temática, é possibilitar que “os estudantes reconheçam, valorizem e acolham o caráter singular e diverso do ser humano, por meio da identificação e do respeito às semelhanças e diferenças entre o eu (subjetividade) e os outros (alteridades)” (BRASIL, p. 438, 2018).

Nesse sentido, o docente de ER deve elaborar aulas reflexivas sobre a ética da alteridade, destacando a princípio como devemos tratar o outro e saber respeitar as características de cada um, desenvolvendo a empatia. Logo, como aponta Matos et al 2024, todas as pessoas possuem características e comportamentos únicos e todos fazem parte da mesma natureza humana. Sendo assim, a compreensão da alteridade promoverá o respeito ao diferente e o desenvolvimento da empatia.

Também destacamos a importância de planejar atividades grupais que incluam os alunos típicos e atípicos, pois permitirá uma relação pacífica, de empatia e respeito entre os alunos, tornando a sala de aula um local inclusivo e acolhedor.

Além das atividades grupais, o professor precisa desenvolver um plano de ensino individualizado para os seus alunos com deficiências com o objetivo de potencializar o seu aprendizado e sempre considerando a especificidade que o estudante apresenta. É importante que o professor de ER dialogue com o professor do Atendimento educacional especializado, gestores da escola e os pais ou responsáveis pelo estudante para entender melhor a necessidade que o mesmo apresenta e assim utilizar recursos didáticos adequados, bem como uso de

tecnologias assistivas.

Mas antes de tudo, o professor de ER precisa estar capacitado, buscar sempre se atualizar, participar de cursos e formações continuadas na área da educação especial e inclusiva para estarem preparados a lidar com diversas situações de preconceitos e práticas de bullying na escola. O docente de ER com atualização curricular na área da educação especial poderá também colaborar em projetos que envolvam os alunos, professores e toda a comunidade escolar que fomente a conscientização sobre o bullying e discriminação aos alunos com deficiências, e outras temáticas relacionadas a ética da alteridade, um dos pilares do ER.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente artigo destacou as dificuldades e desafios enfrentadas por professores de ER para atuar com alunos com deficiência na sala de aula regular. O tempo reduzido de aulas por semana prejudica na elaboração de atividades e impede que o docente conheça com maior profundidade as dificuldades e necessidades dos alunos. A falta de capacitação e conhecimento dos documentos legais que garantem os direitos das pessoas com deficiência também são outros fatores enfrentados pelos docentes.

Desse modo, é importante que o professor de ER busque sempre se atualizar, participar de formações continuadas na área da educação especial e inclusiva e que conheçam as legislações que asseguram os direitos das pessoas com deficiência à educação, colocando esses direitos em prática a partir de adoção de métodos inclusivos e de qualidade aprendidos em sua atualização curricular.

O docente também precisa ser curioso e inovador, pesquisar novos métodos de ensino que possam ser utilizadas em sala de aula. E quando possível, elaborar as atividades em conjunto com o professor do Atendimento Educacional Especializado, tendo em vista que é a pessoa que conhecerá melhor as necessidades e dificuldades dos alunos da educação especial.

Por fim, vale salientar que o ER é um componente curricular essencial para a formação cidadã, pois aborda temáticas relativas a inclusão, como exemplo a prática da tolerância, empatia, respeito a alteridade e a diversidade cultural e religiosa, portanto, é um campo que pode contribuir de maneira significativa com a educação especial. Ao buscar uma atualização curricular na área da educação especial e inclusiva, o professor de ER será capaz de lidar com os alunos público alvo da educação especial de forma

adequada, tendo em vista que a quantidade de alunos “atípicos” vem crescendo consideravelmente na sala de aula comum, e como docentes, devemos estar preparados para desenvolver metodologias que colaborem com a inclusão e aprendizados dos mesmos.

6 REFERÊNCIAS

ALMEIDA, Mônica Rafaela de. **Deficiência intelectual e o atendimento educacional especializado**. 1. ed. Mossoró: EdUFERSA. 2015.

BASTOS, Ana Cristina de Almeida Cavalcante. O Ensino Religioso e a Educação Especial na perspectiva da educação inclusiva. *In*: JUNQUEIRA, Sérgio; BRANDENBURG, Laude; KLEIN, Remí. (Orgs). **Compêndio de ensino religioso**. São Leopoldo: Sinodal, 2017, p. 251-259.

BASTOS, Ana Cristina de Almeida Cavalcante. Formação do Professor do Ensino Religioso e os saberes necessários para uma educação inclusiva. *In*: III CONEDU - Congresso Nacional de Educação, 2016, Natal-RN. **Anais [...]**. III CONEDU, 2016. v. 1.

BRASIL. [Constituição (1988)]. **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília, DF: Senado Federal. Brasília: Senado Federal, 5 out. 1988. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm. Acesso em: 16 de jun. 2024.

BRASIL. MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO **Lei 9.394/96 de 20 de dezembro de 1996**. Estabelece as Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Brasília: MEC, 1996.

BRASIL, 1997. **Lei 9.475, de 22 de jul. De 1997**. Dá nova redação ao art. 33 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996 que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional - LDB. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/>. Acesso em: 19 de out. 2024.

BRASIL. MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO. **Lei 12.796, de 04 de abril de 2013**. Dispõe sobre a formação dos profissionais da educação e dar outras providências. Brasília: MEC, 2013. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/>. Acesso em: 16 de jun. 2024.

BRASIL, 2015, **Lei 13.146, de 6 de jul. de 2015**. Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2015-2018/2015/Lei/L13146.htm. Acesso em: 16 jun. 2024.

BRASIL. Ministério da Educação. **Base Nacional Comum Curricular – BNCC**. 2018. Disponível em: <http://basenacionalcomum.mec.gov.br/>. Acesso em: 16 de jun. 2024.

CALVALCANTE, Gledson Freire *et al.* Educação Inclusiva: desafios e perspectivas educacionais na modernidade. *In*: VI CONEDU - Congresso Nacional de Educação, 2019, Fortaleza - CE. **Anais [...]**. VI CONEDU, 2019. v. 1.

DIAS, Elaine Maria. **Deficiência visual e o atendimento educacional especializado**. 1. ed. Mossoró: EdUFERSA. 2015.

MARTINS, Deoclebes Araujo. Contribuição do ensino religioso para inclusão escolar de estudantes com necessidades especiais. **Brazilian Journal of Development**, Curitiba, v.8, n.1, p.5907-5919, jan. 2022.

MATOS, Antônia Débora das Neves *et al.* O ensino religioso no Brasil e os desafios para a educação inclusiva. **Revista Observatório de la economia Latinoamericana**, Curitiba, v.22, n.8, p. 01-25, 2024.

PRODANOV, Cleber Cristiano; FREITAS, Ernani Cesar de. **Metodologia do trabalho científico: métodos e técnicas da pesquisa e do trabalho acadêmico**. 2. ed. Novo Hamburgo, RS: Feevale, 2013.

SÁ, Elizabet Dias de; CAMPOS, Izilda Maria de; SILVA, Myriam Beatriz Campolina. **Atendimento educacional especializado: deficiência visual**. MEC: Brasília, 2017.

SANTOS, Silvana Maria Aparecida Viana *et al.* Educação Especial e Religião: o papel da inclusão religiosa na formação integral de alunos com necessidades educacionais especiais. *In: Revista Foco*, Curitiba, v.16, n.10, p. 01-15, 2023.